

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procurador-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

Edição nº 1963

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....2

Concursos Públicos.....5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....7



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 37/2016

Declara hóspede oficial do Estado e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4º, § 5º, da Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º - É declarada hóspede oficial do Estado, no período de 18 a 19 de agosto de 2016, a Sra. Neusa Salaberry, Conselheira do Conselho Estadual da Educação, que participará do evento “**A fim de abordar o tema: A Inclusão Escolar**”, na qualidade de palestrante.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Provimento dizem respeito à passagem terrestre, hospedagem e alimentação, e correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de agosto de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Promotor de Justiça,
Secretário-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 259/2016

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR

- nos termos da Portaria n.º 0607/2016 e do Provimento n.º 22/2010, a contar de 09 de agosto de 2016, a Dra. DORANÍ BORGES MEDEIROS como Diretora Substituta da Promotoria de Justiça de PAROBÉ, até 30 de junho de 2017, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 2622/2016).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 02/08/2016, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, MICHEL MÜLLER, tendo entrado em exercício em 08/08/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, UAJ Nº 75/2016
PROCESSO Nº 1143-09.00/16-9
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2016

No dia 07 de julho de 2016, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa RODO VIAS TINTAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI – EPP, vencedora do item abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO
9	Solvente aguarrás – lata de 5 litros	6	Lata 5L	Rodovias	R\$ 45,00

VALIDADE: 01 (um) ano; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da despesa 3.3.90.30, Rubrica 3032, **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.ºs 13.191/09 e 11.389/99, pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1963

40/04, 47/05 e 33/08, pela Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02, pelo Provimento PGJ/RS nº 54/02 e pelo Decreto Estadual nº 42.434/03.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de agosto de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, UAJ Nº 76/2016
PROCESSO Nº 1143-09.00/16-9
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2016

No dia 07 de julho de 2016, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa DIEGO RUPERTI ROCHA – ME, vencedora dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO
10	Fundo do tipo zarcão - lata de 3,6 litros	6	Lata 3,6l	Resicolor/ Zarcão	R\$ 42,18
11	Cola de contato, sem toluol – Lata de 2,8 Kg	10	Lata 2,8 Kg	Henkel/ Cascola	R\$ 63,85
18	Pincel cerdas gris (para PVA acrílica) 4”	20	Unidade	Roma/302	R\$ 6,90
19	Pincel cerdas pretas (esmaltes vernizes) 2”	30	Unidade	Roma/304	R\$ 3,40
20	Pincel cerdas pretas (esmaltes, vernizes) 4”	20	Unidade	Roma/304	R\$ 7,70
21	Brocha retangular grande	12	Unidade	Roma/ 26002	R\$ 3,30
22	Espátula de aço – com 100 mm	12	Unidade	Roma/ 202010	R\$ 2,72
23	Espátula de aço – com 40 mm	12	Unidade	Roma/ 20204	R\$ 2,01
25	Bandeja para rolo de pintura – com até 23 cm	20	Unidade	Roma/ 42023	R\$ 3,45
26	Bandeja para rolo de pintura – com até 10 cm	12	Unidade	Roma/ 42015	R\$ 2,45
27	Desempenadeira em aço inox – com 12 x 30 cm	6	Unidade	Paraboni/02053	R\$ 8,50
30	Manta asfáltica adesiva 20 cm x 10 m - rolo	30	Rolo	Primer/ asfaltica	R\$ 42,97
31	Vedante de silico-ne industrial, in-color –tubo 300ml	50	Tubo	Multilit/ Silicone	R\$ 8,50
33	Emulsão asfáltica modificada com elastômeros para impermeabiliza-ção de lajes e coberturas, similar ao VEDAPREN preto-balde 18 kg	12	Balde 18kg	HERR/ Veda Pren	R\$ 220,00
38	Cimento cola CI – saco 20 kg	12	saco 20kg	Vitaforte/AC1	R\$ 7,50
39	Cimento cola CIII – saco 20 kg	12	saco 20kg	Vitaforte/AC3	R\$ 28,00



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1963

40	Argamassa – saco 25 kg	12	saco 20kg	MB/Argamassa Mista	R\$ 6,13
41	Areia média – saco 25 kg	120	saco 25kg	RT Ensacados/Média	R\$ 4,50
44	Gesso calcinado – saco 1 kg	20	saco 1kg	Fortaleza/Calcinado	R\$ 1,75

VALIDADE: 01 (um) ano; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3032; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, pelos Provimentos PGJ/RS nºs 40/04, 47/05 e 33/08, pela Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02, pelo Provimento PGJ/RS nº 54/02 e pelo Decreto Estadual nº 42.434/03;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de agosto de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA UAJ Nº 141/2015
PROCESSO Nº 2144-09.00/15-0
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2015

CONTRATADA: ALFA SUL ENGENHARIA LTDA. **OBJETO:** acrescentar, ao objeto do contrato, materiais e serviços, resultando no acréscimo, ao preço total do ajuste, da quantia de R\$ 1.812,66. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alíneas “a” e “b” e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de agosto de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AJDG Nº 118/2015
PROCESSO Nº 1314-09.00/14-6
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2014

CONTRATADA: LBF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA. **OBJETO:** prorrogar a vigência contratual, por 12 (doze) meses, a contar de 09 de setembro de 2016; **VALOR MENSAL:** R\$ 51.718,50. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3703; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e cláusula sétima do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de agosto de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
UAJ Nº 071/2016
PROCESSO Nº 1185-09.00/16-1
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2016

No dia 11 de julho de 2016, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa WORKSHOP DISTRIBUIDORA DE SISTEMAS LTDA., vencedora dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO
1	Webcam	Logitech/ C270	280	R\$ 108,54

VALIDADE: 12 (doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3031; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nºs 13.191/09 e 11.389/99, pelos Provimentos PGJ/RS nºs 40/04, 47/05 e 33/08, pela Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02, pelo Provimento PGJ/RS nº 54/02 e pelo Decreto Estadual nº 42.434/03;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de agosto de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS** DO QUADRO DE PESSOAL DE
PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 122/2016

ANÁLISE DE RECURSOS QUANTO À ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

TORNO PÚBLICO que a Comissão do Concurso Público para o Cargo de Secretário de Diligências, Edital nº 104/2016, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em 14 de julho de 2016, **RESOLVE:**

- I. **PROVER** os recursos interpostos e deferir o requerimento de isenção do pagamento do valor da inscrição dos candidatos abaixo arrolados:

NOME	CPF
CARLA MACHADO MARIANO	44741472000
GIOVANI NUNES DE OLIVEIRA	00598367098
RIEDEL MENEZES DO ROSÁRIO	44821301091

- II. **IMPROVER** o recurso interposto e indeferir o requerimento de isenção do pagamento do valor da inscrição da candidata abaixo arrolada:

NOME	CPF	MOTIVO
JULIA DA CAS	02730265007	Laudo Médico em desacordo com os requisitos exigidos no Capítulo V, item 5, alínea a.1.5, do Edital nº 104/2016.

- III. **COMUNICAR** aos candidatos que tiveram seu requerimento de isenção do pagamento do valor da inscrição deferido que deverão retornar ao site do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (www.mprs.mp.br/concursos) para efetuar sua inscrição até o dia 11/08/2016, sendo desnecessária a emissão de boleto e o pagamento do valor da inscrição.
- IV. **INFORMAR** que os demais candidatos arrolados no item II do Edital nº 117/2016 deixaram de apresentar recurso.
- V. **COMUNICAR** aos candidatos que tiveram seus requerimentos de isenção do valor da inscrição indeferidos, e que queiram participar do certame, que deverão efetuar sua inscrição no site do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (www.mprs.mp.br/concursos) até o dia 11/08/2016, de acordo com o item 4 do Capítulo IV do Edital nº 104/2016, e realizar o pagamento do boleto bancário até o dia 12/08/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de agosto de 2016.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Presidente da Comissão do Concurso.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 139/2016

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:
IC 00928.00020/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Vera Cruz por Maria Fernanda Cassol Moreira - Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça De Vera Cruz com a finalidade de apurar a regularidade dos serviços de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal em Vera Cruz, figurando como investigado o Município de Vera Cruz.

Investigado: Município De Vera Cruz. Local do Fato: Vera Cruz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de Agosto de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público.
De acordo,
FABIANO DALLAZEN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1963

IC 00861.00046/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santa Cruz Do Sul por Érico Fernando Barin - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santa Cruz Do Sul com a finalidade de "Investigar poluição sonora em virtude de ruídos provenientes de refrigerador localizado no pátio da empresa Best Quality Alimentos Ltda, situada na Rua Carlos Trein Filho, nº 476, causando perturbação aos cidadãos moradores na vizinhança.". Investigado: Best Quality Comercial De Alimentos Ltda. Local do Fato: Santa Cruz Do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de Agosto de 2016.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

Inquérito Civil 01631.000.179/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE PORTO ALEGRE em 08/08/2016 por Rossano Biazus com a finalidade de Deficiência na prestação de serviços e fornecimento de produtos impróprios ao consumo.

Investigado(s): Mini Mercado Jumbo. Local do Fato: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de Agosto de 2016.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do Cao de Defesa do Consumidor.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00748.00159/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul por Adriana Karina Diesel Chesani - 1º Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, em substituição, com a finalidade de investigar exercício de atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental e queima de resíduos florestais em APP.

Partes: Representante - PATRAM; Investigado - Antônio Pereira Drum.

Local do Fato: Caxias do Sul-RS.

IC 00748.00160/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul por Adriana Karina Diesel Chesani - 1º Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, em substituição, com a finalidade de investigar remoção de cobertura vegetal nativa sem licença ambiental e queima de resíduos florestais.

Partes: Representante - PATRAM; Investigado - Jussara Wachholz Leite.

Local do Fato: Caxias do Sul-RS.

IC 00766.00009/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Estância Velha por Bruno Amorim Carpes - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Estância Velha com a finalidade de Apurar eventual infringência aos direitos do consumidor decorrente do depósito e comercialização irregular de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), sem autorização dos órgãos competentes, no estabelecimento comercial Bohn & Pereira Comércio de Gás e Água Ltda EPP, no Município de Estância Velha Investigado: Bohn & Pereira Com. Gás E Água Ltda Local do Fato: Estância Velha.

IC 00766.00008/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Estância Velha por Bruno Amorim Carpes - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Estância Velha com a finalidade de Apurar eventual infringência aos direitos do consumidor decorrente do depósito e comercialização irregular de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), sem autorização dos órgãos competentes, no estabelecimento comercial Comércio de Gás e Água Irmãos Sander Ltda., no Município de Estância Velha Investigado: Comércio De Gás E Água Irmãos Sander Ltda Local do Fato: Estância Velha.

IC 00766.00010/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Estância Velha por Bruno Amorim Carpes - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Estância Velha com a finalidade de Investigar conduta do Município no deferimento de licenças ambientais a empreendimento próprio do Bairro Campo Grande, em criação de área de lazer, no Município de Estância Velha Investigado: Município De Estância Velha. Local do Fato: Estância Velha.

PI 00824.00114/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas por Jaime Nudilemon Chatkin - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas com a finalidade de investigar atividade sem licença ambiental e disposição de pneus inservíveis nas margens do Arroio Pelotas.

Local: Pelotas.

Investigado: late Clube de Pelotas.

IC 00833.00064/2014 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Do Meio Ambiente De Porto Alegre por Josiane Superti Brasil Camejo - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Do Meio Ambiente De Porto Alegre com a finalidade de Apurar aterramento clandestino e irregular do terreno situado na Rua dos Maias, nº 04, Porto Alegre, a deposição irregular de resíduos no local e a omissão da atuação do DMLU para proceder a limpeza Investigado: Município De Porto Alegre-Dmlu. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00853.00043/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande por Adriano Pereira Zibetti - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande com a finalidade de verificar ausência de licenciamento ambiental. Investigado: Cláudia Fernandes Rodrigues. Local do Fato: Rio Grande.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de Agosto de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:



IC 01128.00095/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos De Porto Alegre por Liliane Dreyer Da Silva Pastoriz - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de Averiguar não conformidades constatadas na Unidade Básica de Saúde Glória pela CGVS. Investigado: Município De Porto Alegre, através da SMS. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 01128.00093/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos De Porto Alegre por Liliane Dreyer Da Silva Pastoriz - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de Averiguar não conformidades constatadas no PA Lomba do Pinheiro pela CGVS. Investigados: Hospital São Lucas da PUC/RS e Município De Porto Alegre, através da SMS. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 01128.00087/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos De Porto Alegre por Liliane Dreyer Da Silva Pastoriz - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de: Averiguar a infraestrutura da USF Esmeralda e a necessidade de construção de nova sede. Investigado: Município de Porto Alegre, através da SMS. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 01128.00090/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos De Porto Alegre por Liliane Dreyer Da Silva Pastoriz - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de : Averiguar a infraestrutura da USF Recreio Divisa e a necessidade de criação de nova sede. Investigado: Município De Porto Alegre, através da SMS. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 01128.00094/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos De Porto Alegre por Liliane Dreyer Da Silva Pastoriz - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de: Averiguar não conformidades constatadas na US Pequena Casa da Criança pela CGVS. Investigado: Município De Porto Alegre, através da SMS. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 01128.00089/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos De Porto Alegre por Liliane Dreyer Da Silva Pastoriz - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de: Averiguar a infraestrutura da USF Viçosa e a necessidade de construção de nova sede. Investigado: Município De Porto Alegre, através da SMS. Local do Fato: Porto Alegre.

IC 01128.00088/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos De Porto Alegre por Liliane Dreyer Da Silva Pastoriz - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos com a finalidade de Averiguar a infraestrutura da USF Lomba do Pinheiro e a necessidade de construção de nova sede. Investigado: Município De Porto Alegre, através da SMS. Local do Fato: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de Agosto de 2016.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO Nº 87/2016

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Agosto de 2016, ou nos 15 dias subsequentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO DA SILVA VALDEZ: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha:** 01) Processo nº IC.IC.01127.00006/1996: Assunto:derrubada de árvores em reserva ecológica. **RELATORA: CONSELHEIRA SIMONE MARIANO DA ROCHA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 02) Processo nº IC.00832.00038/2016: Apurar eventual fornecimento de produto impróprio ao consumo quanto ao uso de agrotóxicos. Apresentante: CEVS - Setor de Alimentos. Investigado: Vilson Sparremberger Germann. Local: RS. 03) Processo nº IC.00832.00045/2016: Eventual fornecimento de produto impróprio para o consumo quanto ao uso de agrotóxico. Apresentante: CEVS-RS. Investigado: Pedro Raupp Trajano. Local: RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Agudo:** 04) Processo nº IC.00710.00005/2013: Objeto: apurar irregularidade de parcelamento do solo urbano. Local: Rua Marechal Floriano, 101, Agudo/RS. Investigado: Leo Emilio Hermes. Representante: Luiz Michelon Scapin. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 05) Processo nº IC.00722.00034/2014: Objeto: averiguar delito ambiental em decorrência da queima irregular de resíduos. Investigado: Dal Mobile Ltda. Local do Fato: Rua Carlos Dreher Neto, 880, Bairro Vila Nova, Bento Gonçalves/RS. 06) Processo nº IC.00722.00045/2015: Objeto: averiguar poluição atmosférica decorrente da chaminé da Lancheria Sierra Burger, localizada na Av. Planalto, 885, Bento Gonçalves. Investigado: Lancheria Sierra Burger. Local do Fato: Avenida Planalto, 885, Bairro Planalto, Bento Gonçalves/RS. 07) Processo nº IC.00722.00095/2015: Objeto: averiguar a ocorrência de dano ambiental às margens do Arroio Barra Mansa, em Santa Tereza. Investigado: Município de Santa Tereza. Local do Fato: Santa Tereza/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho:** 08) Processo nº IC.00742.00020/2010: apurar dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, em área rural do investigado Rômulo Delmar Lampert, no Município de Carazinho. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 09) Processo nº IC.00748.00201/2012: Objeto: apurar a eventual prática de maus-tratos contra as crianças matriculadas na Escola de Educação Infantil Aconchego dos Anjos pelas proprietárias. Partes: Conselho Tutelar Sul de Caxias do Sul (representante), Aline Pereira da Silva (investigado), Anilva Lourdes da Silva (investigado). Local: Caxias do Sul/RS.



Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta: 10) Processo nº IC.00754.00013/2012: Objeto: instauração de expediente com o objeto de viabilizar o ajuizamento de ação de ressarcimento em face de vereadores do Município de Cruz Alta que receberam gratificação natalina com base no Decreto Legislativo nº 611/1997, o qual foi declarado nulo pelo Poder Judiciário. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 11) Processo nº IC.00762.00010/2016: Objeto: apurar problemas de saneamento básico (alagamento) ocorrido na Cidade de Barão de Cotegipe, nas proximidades da fábrica de cadeiras Sartori, tendo como reclamante Sônia Tereza Lângaro e como investigado o Município de Barão de Cotegipe. 12) Processo nº IC.00762.00095/2014: Objeto: apurar o vazamento de resíduos sólidos (dejetos) de animais diretamente sobre o solo, a céu aberto, desaguardo em um açude, devido à atividade de confinamento de gado praticada na propriedade, fato constatado no dia 15 de janeiro de 2014, no Povoado Monte Alegre, interior do Município de Barão de Cotegipe (RS), tendo como investigado Olvadi Mantoani. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno:** 13) Processo nº IC.00772.00009/2016: Objeto: investigar possível infração ambiental consistente em guardar ou ter em depósito espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente e por transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidos, na Rua Duque de Caxias, 1051, Centro, Faxinal do Soturno, RS. Ano: 2016. Investigados: Ciasola e Cia LTDA e Evania Rosania Kayser. 14) Processo nº IC.00772.00019/2015: Objeto: investigar possível corte de vegetação nativa bem como uso de fogo, que dificultou a identificação das espécies cortadas, em uma área de 1400 m², sem autorização do órgão ambiental competente na localidade de Linha Venturini, Ivorá, RS. Ano: 2015. Investigado: Deniz Dal Bem Venturini. 15) Processo nº IC.00772.00025/2015: Objeto: investigar possível depósito de lenha de origem nativa sem licença do armazenamento outorgada pela autoridade competente na localidade de Sitio Alto, Faxinal do Soturno, RS. Ano: 2015. Investigado: Veroni Barbieri. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 16) Processo nº IC.00783.00068/2013: Objeto: investigar inexistência/irregularidade na destinação do esgoto doméstico por residência, em razão da não ligação à rede coletora existente. Investigado: Helena Messagi Ferreira. Local: Adolfo Inácio Barcelos, 429, Gravataí/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Ijuí:** 17) Processo nº IC.00793.00002/2016: Objeto: averiguação da observância ao disposto nos arts. 70, 75, 81, inciso II, e 243, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Investigado: Bloco de Carnaval "Eternamente", do Município de Nova Ramada, representado por Rudinei da Silva), residente na Localidade de Pinhal, em Nova Ramada – RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro:** 18) Processo nº IC.01175.00053/2015: Objeto: apurar a ocorrência de danos ao meio ambiente em razão da produção de carvão vegetal sem licenciamento e Cadastro Florestal, na localidade de

Serra Velha, Montenegro/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi:** 19) Processo nº IC.00819.00016/2014: Objeto: informação oriunda da Promotoria de Justiça Especializada, através de ofício do serviço de inspeção de produtos de origem animal no RS, sobre problemas graves na fabricação de queijos pela Queijaria Finesse, no que diz respeito ao trato do leite e não análise do mesmo, fatos constatados no município de Panambi, no ano de 2014. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 20) Processo nº IC.00820.00076/2016: Objeto: prática de poluição sonora, na localidade da Rua Canoas, 762, nesta cidade, próximo ao Mercado Lubian, tendo como Investigado Bar do Amaral e como requerente 3º BABM. 21) Processo nº IC.00820.00104/2016: Objeto: exercício irregular de atividade na localidade de Av. Rio Grande, 337, no município de Passo Fundo, tendo como investigada Marmoraria Leidens Ltda. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 22) Processo nº IC.00824.00048/2014: Objeto: apurar eventual atividade potencialmente poluidora exercida em desacordo com licença e/ou autorização do órgão ambiental, e, especialmente, a eventual emissão de partículas de resíduos sólidos em desrespeito aos termos ambientais, em violação aos termos dos itens 4.5, 4.7 e 4.11 da Licença de Operação nº 01208/2013-DL. Partes: Investigado: Puro Grão Indústria e Comércio de Arroz e Soja Ltda. Local: Pelotas/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ronda Alta:** 23) Processo nº IC.00946.00026/2009: Objeto: efetuar supressão de árvores nativas, sem licença expedida pelo órgão ambiental competente. Investigado: Álvaro Colussi. Local: Linha Belling - Rondinha. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 24) Processo nº IC.00865.00046/2014: Objeto: dano ambiental por descaso e maus-tratos a animais domésticos (gatos), na Rua Condor, nº 225, fundos, Bairro Juscelino Kubitscheck, em Santa Maria. Investigado: Fantino de Mello Ilha. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento:** 25) Processo nº IC.01234.00030/2014: Objeto: averiguar os fatos relativos a depósito irregular de resíduos sólidos a céu aberto, próximo ao Arroio Carolina, para onde deságua todo o chorume; instalação de um poço artesiano sem outorga de uso de água; depósito de galões de óleo a céu aberto; construção de charquearia sem licença, com destino de descarte para o Arroio Carolina, realizados pela empresa Righi Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA, localizada na Rua Honorato Chaves, 177, Vila São Francisco, nesta Cidade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 26) Processo nº IC.00867.00029/2015: Objeto: apurar o depósito de 04 metros de lenha nativa, sem documento de origem florestal, na localidade de Lajeado Guaviroba, interior de Santa Rosa. Investigado: Ataídes Basso. Local: Santa Rosa/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo:** 27) Processo nº IC.00873.00007/2015: Objeto: má qualidade do material empregado na obra de reforma da ERS-344, trecho Entre-Ijuis e Santa Rosa pela empreiteira. Parte: Carpenedo & Cia. Ltda. Local - ERS-344 - trecho Entre-Ijuis-Santa Rosa. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria**



de Justiça Especializada de Santo Ângelo: 28) Processo nº IC.00872.00036/2012: Objeto: aferir a relevância cultural, e a integridade do bem, tendo em vista a possibilidade de lesão ao patrimônio histórico e cultural de Santo Ângelo de prédio. Local: Rua Duque de Caxias, nº 1258 (esquina com a Av. Venâncio Aires), Bairro Centro, na Cidade de Santo Ângelo, RS. Investigado: Roberto Tessele da Silva. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 29) Processo nº IC.00882.00006/2015: edificação nova realizada em área do Parque Natural Municipal da Ronda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho:** 30) Processo nº IC.00906.00007/2011: Objeto: dano ambiental (manter lenha de mata nativa em depósito sem licença dos órgãos ambientais). Investigado: Ademilson Batista da Silva. Data do fato: de data incerta até 26/01/2011. Local: Lajeado Sobradinho, Passa Sete, RS. 31) Processo nº IC.00906.00017/2011: Objeto: dano ambiental (manter lenha proveniente da mata nativa em depósito sem licença dos órgãos ambientais competentes). Investigado: Erni Valmor Bartz. Data: de data incerta até 20/01/2011. Local: Caçador, Segredo, RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 32) Processo nº IC.00911.00015/2016: Objeto: possível dano decorrente de intervenção em área de preservação permanente. Investigado: Marcos José Davila, Mauro Everton Maciel. Local: Beco Guaíba Corrêa, 55, Localidade de Passo do Mundo Novo, Taquara/RS. 33) Processo nº IC.00911.00097/2012: Objeto: corte irregular de vegetação nativa e uso de fogo. Investigado: Irmãos Weirich, serraria estabelecida na cidade de Rolante/RS. Local: Alto Riozinho - Riozinho/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela:** 34) Processo nº IC.00913.00011/2008: Objeto: improbidade administrativa. Local: Tenente Portela. Partes: Rubens Antonio Marroni Furini. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 35) Processo nº IC.00914.00058/2015: Objeto: funcionamento de fábrica de artefatos de cimento, denominada "Avenida Material de Construção", sem Licença de Operação expedida por órgão ambiental competente, sem licença do Corpo de Bombeiros e funcionando sem o devido sistema de contenção do material particulado gerado na atividade. Local: Avenida Assis Brasil, nº 1552, Bairro Centro, no Município de Arroio do Sal/RS. Investigado: Renan Schardosim Fernandes. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 36) Processo nº PI.00914.00034/2015: denúncia de irregularidade cometida por servidor do SEMA. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 37) Processo nº IC.00915.00026/2013: Objeto: denúncia da Senhora Cecília da Silveira de possível fraude em cartão-ponto por servidores do Município de Tramandaí. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires:** 38) Processo nº IC.00927.00007/2013: Objeto: apurar danos ambientais decorrentes do corte de vegetação nativa, inclusive de pinheiro-brasileiro (araucária angustifólia), e depósito de lenha nativa, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, objeto do laudo de vistoria, memorial fotográfico, auto de infração florestal nº 2011, série D, e termo de apreensão e depósito nº 2986, série D, da Agência Florestal Reg. de Santa Cruz do Sul (SEMA/DEFAP), fatos ocorridos na

localidade de Santa Madalena, interior do município de Boqueirão do Leão/RS, de autoria de Luis Becker. **RELATOR: CONSELHEIRO RENATO VINHAS VELASQUES: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 39) Processo nº IC.01128.00119/2015: Objeto: averiguar a falta do medicamento Azatioprina 50 mg nas farmácias do Estado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arvorezinha:** 40) Processo nº IC.00717.00001/2016: Objeto: investigar possível realização de eventos com reunião de público sem PPCI aprovado. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo:** 41) Processo nº IC.00815.00005/2014: Objeto: apurar irregularidades no atendimento de traumatologia do Hospital Geral. Investigado: Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo. Local: Novo Hamburgo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 42) Processo nº IC.00820.00140/2015: Objeto: urbanismo - rede de energia elétrica, na Rua Isolina Muller, Bairro Santa Marta, neste município, tendo como requerente os moradores da Rua Isolina Muller, e como investigada a RGE. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 43) Processo nº IC.00824.00026/2015: Objeto: identificar eventual poluição ao lençol freático e demais recursos hídricos, pelo lançamento de efluentes líquidos diretamente no solo por oficina mecânica. Local: Pelotas. Investigado: João Carlos Nunes Garcia. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 44) Processo nº IC.00853.00088/2014: Objeto: lava-jato irregular. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga:** 45) Processo nº IC.00894.00007/2014: Objeto: investigar os investimentos orçamentários Municipais e Estaduais e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde. Investigado: Município de São Luiz Gonzaga. Local do fato: Município de São Luiz Gonzaga. 46) Processo nº IC.00894.00031/2014: Objeto: investigar as aplicações dos investimentos orçamentários, Municipais e Estaduais, e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde. Investigado: Município de Dezesseis de Novembro, representado pelo Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Ademir José Andrioli Gonzatto, Dezesseis de Novembro/RS. 47) Processo nº IC.00894.00032/2014: Objeto: investigar as aplicações dos investimentos orçamentários, Municipais e Estaduais, e repasses de verbas, em atendimento a políticas públicas de saúde. Investigado: Município de Mato Queimado, representado pelo Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Nelson Hentz, Mato Queimado/RS. 48) Processo nº IC.00894.00034/2014: Objeto: investigar as aplicações dos investimentos orçamentários, Municipais e Estaduais, e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde. Investigado: município de Rolador, representado pelo Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Paulo Rogério de Menezes Peixoto - Rolador/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim:** 49) Processo nº IC.00900.00006/2014: Objeto: investigar dano ao meio ambiente, decorrente de realização de atividade potencialmente poluidora, criação de suínos, sem a atenção



às normas de proteção ambiental. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga:** 50) Processo nº IC.00901.00013/2015: Objeto: apurar ocorrência de dano ambiental decorrente do exercício de atividade potencialmente poluidora, com licenciamento ambiental vencido, pela Empresa José Florinal Farias ME, localizada na Rua Rolante n. 499, Bairro Amaral Ribeiro, em Sapiranga/RS. 51) Processo nº IC.00901.00055/2015: Objeto: apurar atividades irregulares de lavagem de veículos, sem licenciamento, com descarte de resíduos no meio ambiente, sem o devido tratamento, tendo como investigado SKR Materiais de Construção, endereço na Rua Henrique Hoffmann, 2500, Imigrante, em Nova Hartz. **RELATORA: CONSELHEIRA HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO:** **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farrroupilha:** 52) Processo nº IC.00771.00048/2015: Objeto: exercício de atividade potencialmente poluidora sem licença de operação (oficina mecânica e chapeação e pintura). Investigado: Airton Domingos Bagnara. Local: Bairro América, Farrroupilha. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí:** 53) Processo nº IC.00784.00008/2008: Objeto: apurar irregularidades em Casa Asilar, Local: Rua Duque de Caxias, 97, Pd 69, Bonsucesso, em Gravataí, Investigados: Residencial de Idosos Bonsucesso, Ivone de Souza Machado. (mudou o nome para residencial de Idosos Céu Azul). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado:** 54) Processo nº PI.00802.00039/2015: (descrição não informada). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório:** 55) Processo nº IC.01211.00032/2014: Objeto: apurar irregularidades na concorrência pública N.º 030/2011 promovida pelo Município de Osório. Investigados: Município de Osório e R.R.S. Panassolo e Cia. Ltda. 56) Processo nº IC.01211.00037/2014: Objeto: apurar irregularidades na concorrência pública N.º 017/2012 promovida pelo município de Osório. Investigados: Município de Osório E R. R. S. Panassolo e Cia. Ltda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório:** 57) Processo nº IC.01212.00020/2012: Objeto: corte de vegetação nativa e uso de agrotóxico em área de preservação permanente, sem licenciamento ambiental, situada na estrada de servidão lateral à Igreja São Sebastião, Localidade da Borússia, em Osório/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 58) Processo nº IC.00820.00125/2015: Objeto: prática de deposição irregular de resíduos sólidos, na ERS 324, Km 182, tendo como requerente o BABM e como investigado Antonio Odilon Dalle Zotte. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 59) Processo nº IC.00861.00009/2012: Objeto: apurar a regularidade de contratação de servidores pelo processo seletivo simplificado no Município de Gramado Xavier/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões:** 60) Processo nº IC.00947.00005/2014: Objeto: apurar dano ambiental decorrente de drenagem em área úmida com características de banhado, sem licenciamento ou autorização do órgão competente, ocorrido no Rincão do Caçapava, interior do município de Santo Antônio das Missões/RS, tendo como investigado o Sr. Rudimar Antonio Cogo. **Encaminhado**

por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho: 61) Processo nº IC.00906.00015/2011: Objeto: dano ambiental (manter em depósito lenha proveniente de mata nativa sem licença dos órgãos ambientais). Investigado: Zeli Soares da Silva. Data: de data incerta até 21/01/2011. Local: Murta, Passa Sete, RS. 62) Processo nº IC.00906.00024/2011: Objeto: dano ambiental consistente em manter lenha proveniente de mata nativa em depósito, sem licença dos órgãos competentes. Investigado: Ilmar Metzger. Data: de data incerta até 15/02/2011. 63) Processo nº IC.00906.00041/2011: Objeto: dano ambiental consistente em aquisição de 150m³ de madeira nativa da mata atlântica, sem exigir a exibição de licença do vendedor. Investigado: Flávio Dias. Local: Linha Figueira, Segredo-RS. Data: de data incerta até 12/11/2010. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 64) Processo nº IC.00911.00048/2010: Objeto: extração de arenito sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Daniel Carvalho. Local: Assunção, n.º 931, Taquara/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 65) Processo nº IC.00914.00082/2016: Objeto: ocorrência de depósito de resíduos sólidos sem licença ou autorização do órgão competente. Local: Rua Belmiro, nº 26, Bairro São Jorge, Torres/RS. Investigado: Luiz Carlos de Brum. **RELATORA: CONSELHEIRA VELEDA MARIA DOBKE:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça Cível, Reg. Públicos e Acidentes do Trab. de Porto Alegre:** 66) Processo nº PA.00844.00001/2016: (descrição não informada). **Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 67) Processo nº SD.01411.00024/2015: Objeto: apurar eventuais irregularidades ocorridas no NAR Belém Novo - AR 06, decorrentes de possível restrição de liberdade aos acolhidos e de maus-tratos praticados por agente educador. Local: Porto Alegre/RS. Investigado: FPE/RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 68) Processo nº IC.00833.00011/2015: Objeto: apurar possível ocorrência de danos ambientais causados pelo descarte de resíduos químicos gerados pelo laboratório da FEPAGRO/RS, despejados diretamente na pia, na Rua Gonçalves Dias, n.º 570, Bairro Menino Deus, nesta Capital. 69) Processo nº IC.00833.00034/2015: Objeto: averiguar irregularidades da Empresa Votorantim Cimentos, localizada na Rua Dona Teodora, nº 1306, Bairro Humaitá, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 70) Processo nº IC.00829.00092/2011: Objeto: possíveis irregularidades no procedimento de contratação emergencial dos serviços de coleta regular de resíduos sólidos domiciliares de Porto Alegre, edital publicado em 28 de novembro de 2011. Investigado: DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Local: Porto Alegre. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 71) Processo nº IC.01128.00113/2014: Objeto: apurar as irregularidades constatadas na ILPI Centro de Atendimento e repouso Eny Ltda. ME (espaço CARE), localizada na Rua Tenente Ary Tarragô, N.º 2925, Bairro Protásio Alves, nesta capital. Partes: Centro de Atendimento e repouso ENY Ltda. ME (espaço Care); Marília Paim Magalhães; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Local dos fatos: Porto Alegre. **Encaminhado por Promotor de Justiça da**



Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:

72) Processo nº IC.00722.00001/2010: Objeto: verificar problemas decorrentes de muro de pedras que dá sustentação à Rua Vitério Carraro, Bento Gonçalves. Investigado: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Local do fato: Bento Gonçalves/RS. 73) Processo nº IC.00722.00005/2010: Objeto: averiguar falta de canalização de esgoto em loteamento localizado no Bairro Tancredo Neves, Bento Gonçalves. Investigado: município de Bento Gonçalves. Local do fato: loteamento localizado no Bairro Tancredo Neves, Bento Gonçalves/RS. 74) Processo nº IC.00722.00029/2016: Objeto: acompanhar o implemento das medidas necessárias em relação aos recursos humanos junto à escola municipal de educação infantil Toque de Carinho. Investigado: Escola Municipal de Educação Infantil Toque de Carinho. Local do Fato: Rua Pastor João Rodrigues de Jesus, 194, Bairro Zatt, Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por**

Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Catuípe:

75) Processo nº IC.00747.00006/2015: Objeto: dano ambiental ocasionado pela atividade de lavagem de veículos em desacordo com a legislação ambiental vigente. Investigado: Odilar Arnt. Local: Rua Honorato Pasquali, 35, Catuípe.

Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça - Especializada de Caxias do Sul - 2º e 5º

Promotor de Justiça - Janine Borges Soares: 76) Processo nº IC.00748.00019/2013: Objeto: verificar eventual irregularidade em processo licitatório nas reformas operadas no Albergue da PICS, bem como ações e omissões administrativas no ingresso de detento no Albergue com arma, celulares, drogas e oportunização para que a droga comercializada por Volmir da Silva, denunciado por crime de tráfico (Processo n.º 2.12.0007928-8), fosse apanhada por usuários, em frente ao Albergue, onde pernoitava e de lá procedia à entrega. Partes: Marisa Grzebielukas Pozzer (Investigado) e 4ª Vara Criminal de Caxias do Sul (Representante). Local: Caxias do Sul/RS. 77) Processo nº IC.00748.00021/2016: Objeto: possíveis irregularidades em contratos realizados pelo Município de Caxias do Sul com empresa Layout LTDA e outros. Partes: Município de Caxias do Sul e LayOut Móveis para escritório e Suflex Indústria e Com de Móveis Ltda (investigados). **Encaminhado por 1º**

Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de

Charqueadas: 78) Processo nº PI.00950.00013/2015: Objeto: apurar possível ocorrência de descumprimento da Lei Municipal que institui o Calendário Cultural pelo Município de Charqueadas. Investigado: Município de Charqueadas. Local: Charqueadas/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça**

da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul: 79) Processo

nº IC.01232.00009/2013: Objeto: apurar dano ambiental consistente na colocação de aterro além do autorizado pela Gestão da APAEDJ, afetando vegetação alagadiça, em local onde existe passagem de fauna e danificação de corticeira-do-banhado (*Erythrina crista-galli*) com o aumento do nível do terreno (aumentando o nível da terra em seu tronco). Investigado: Irineu Boff. Local: Eldorado do Sul.

Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim: 80) Processo nº

IC.00763.00039/2014: Objeto: investigar eventuais irregularidades na contratação de pessoal para atividades fins por meio de cargos em comissão para exercer funções no Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai - CIRAU. 81) Processo nº IC.00763.00050/2015: Objeto:

investigar ocorrência de possível improbidade administrativa na indevida concessão de habite-se de obra construída pela Fundação Cooperhabic e/ou levantamento de auto de infração de obra irregular em desacordo com o projeto aprovado e com invasão de área de recuo do passeio público. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de**

Espumoso: 82) Processo nº IC.00765.00002/2016: Objeto: apurar a prática de crime ambiental caracterizado pela destruição de vegetação nativa, fora de área de preservação permanente, sem autorização dos órgãos competentes.

Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria

de Justiça Especializada de Gravataí: 83) Processo nº IC.00783.00075/2015: Objeto: apurar a ocorrência, em tese, de ato de improbidade administrativa pela revelação, por servidor público municipal, de fato de que teve ciência em razão das atribuições do cargo e que devia permanecer em segredo. 84) Processo nº IC.00783.00273/2013: Objeto:

apurar causas do mau estado de conservação da Estrada Santa Cruz, em Morungava, Gravataí. Investigado: município de Gravataí. Local: Gravataí. **Encaminhado por Promotor de**

Justiça da Promotoria de Justiça de Não-me-toque: 85)

Processo nº IC.00810.00002/2013: Objeto: averiguar eventuais irregularidades envolvendo as ondulações transversais (lombadas) situadas no Município de Não-Me-Toque, tendo em vista o disposto na Resolução nº 39/98 do CONTRAN. **Encaminhado por Promotor de Justiça da**

Promotoria de Justiça de Nova Petrópolis: 86) Processo nº

IC.00812.00008/2015: Objeto: averiguar a prática, em tese, de improbidade administrativa praticada por Karine Vianna Hansen, César Luis Baumgratz e Luiz Irineu Schenkel em razão do não comparecimento na audiência referente ao processo trabalhista (2ª Vara do Trabalho de Gramado: 0000135-70.2012.5.04.0352) em que figura como autor Sidnei Roque de Souza. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça**

da Promotoria de Justiça Especializada de Novo

Hamburgo: 87) Processo nº IC.00814.00001/2016: Objeto: apurar os possíveis riscos à segurança de residências e de pedestres em razão de um imóvel com erosão da Rua Jaboti, n.º 554, Bairro São Jorge, em Novo Hamburgo. Investigado: A apurar. Local: Rua Jaboti, n.º 554, Bairro São Jorge, Novo Hamburgo. 88) Processo nº IC.00814.00081/2014: Objeto:

possíveis emissões odoríferas e operação em desacordo com a legislação, de responsabilidade de empresa de lavagem automotiva instalada na Rua Heitor Villa Lobos, n.º 24, esquina com a Rua Mundo Novo, Bairro Canudos, Novo Hamburgo. Investigado: A apurar. Local: Rua Heitor Villa Lobos, n.º 24, esquina com a Rua Mundo Novo, Bairro Canudos, Novo Hamburgo. 89) Processo nº

IC.00814.00114/2015: Objeto: analisar eventual descumprimento, por parte da empresa que opera na Rua Taim, n.º 320, em Novo Hamburgo, e compromisso de ajustamento firmado com o Ministério Público nos autos do Inquérito Civil n.º 00814.00020/2015. Investigado: Vilmar Egon Hans. Local: Rua Taim, n.º 320, Novo Hamburgo. 90) Processo nº PI.00814.00020/2016: Objeto: averiguar possíveis atos de abuso e maus-tratos a animal da espécie canina (raça "boder Collie") em um posto de combustíveis localizado na rótula da Estrada da Integração, em Novo Hamburgo.

Investigado: A apurar. Local: Novo Hamburgo. 91) Processo nº PI.00814.00034/2016: Objeto: apurar o possível corte irregular e indiscriminado, por parte da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, de árvores localizadas na Avenida Nicolau



Becker, às margens do Arroio Luiz Rau. Local: Avenida Nicolau Becker, Novo Hamburgo. Investigado: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. 92) Processo nº PI.00814.00041/2016: Objeto: apurar possíveis atos de abuso e maus-tratos contra animal de espécie, equina na Rua da Divisa, n.º 517, Bairro Santo Afonso, nesta cidade, de responsabilidade do Sr. Alsir dos Santos. Investigado: Valsir dos Santos. Local: Rua da Divisa, n.º 517, Bairro Santo Afonso, Novo Hamburgo. 93) Processo nº PI.00814.00048/2016: Objeto: análise de eventuais riscos a vidas humanas potencializados por exemplar arbóreo localizado na Rua Arthur Momberger, n.º 1654, em Novo Hamburgo, com possível omissão da Defesa Civil. Local: Rua Arthur Momberger, n.º 1654, Novo Hamburgo. Investigado: Defesa Civil de Novo Hamburgo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi:** 94) Processo nº IC.00819.00038/2015: Objeto: apurar a disposição e destinação dos resíduos oriundos da atividade de oficina mecânica, fato constatado nos anos de 2013 a 2015, no Município de Panambi. 95) Processo nº IC.00819.00046/2015: Objeto: apurar a disposição e destinação dos resíduos oriundos da atividade de oficina mecânica, fato apurado nos anos de 2013 a 2015, no Município de Panambi. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 96) Processo nº IC.(2)00820.00021/2003: Objeto: verificação da regularidade de funcionamento da Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar. Investigados: Município de Passo Fundo e Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar. Local do fato: Passo Fundo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto:** 97) Processo nº IC.00942.00002/2012: Objeto: apurar eventual dano ambiental em decorrência de construção irregular de açude em APP, no município de Planalto, tendo como investigado Darli Michaoski. Localização: junho/2016. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca:** 98) Processo nº IC.00851.00003/2008: Objeto: possível infração ambiental em APP na Localidade de Colônia Borges, Restinga Sêca, RS, consistente no corte de floresta nativa e na provocação de incêndio, dificultando a regeneração natural da vegetação nativa. 99) Processo nº IC.00851.00004/2012: Objeto: investigar dano ambiental praticado pelo Sr. Paulo Augusto Milanese, consistente no corte raso de mato nativo em área de preservação permanente, no ponto de coordenadas S 29º51'961" e W 53º28'130", no interior de uma propriedade rural com área de 101,3555ha, situada na localidade de Bom Retiro, em Restinga Sêca, RS; e o estado da área de preservação permanente (APP) em relação aos limites legais. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 100) Processo nº IC.00852.00038/2014: Objeto: preenchimento inadequado/ilegal de receitas médicas. 101) Processo nº IC.00853.00032/2015: Objeto: investigar a ausência de licenciamento ambiental e danos ao meio ambiente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul:** 102) Processo nº IC.01139.00027/2015: Objeto: apurar eventual irregularidade no funcionamento da Associação Educacional Educar e Brincar, localizada no Município de Santa Cruz do Sul, caso o prédio onde instalado o educandário não conte com Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio. 103) Processo nº

IC.01139.00028/2015: Objeto: apurar eventual irregularidade no funcionamento da Escola de Educação Infantil Hora do Recreio Ltda-ME, localizada no Município de Santa Cruz do Sul, caso o prédio onde instalado o educandário não conte com Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio. 104) Processo nº IC.01139.00029/2015: Objeto: apurar eventual irregularidade no funcionamento da Associação de Atendimento Cultural e Educacional Renascer, localizada no Município de Santa Cruz do Sul, caso o prédio onde instalado o educandário não conte com Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio. 105) Processo nº IC.01139.00036/2015: Objeto: apurar eventual irregularidade no funcionamento da Associação Educacional, Social e Cultural Pão-de-Mel, localizada no Município de Santa Cruz do Sul, caso o prédio onde instalado o educandário não conte com Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria:** 106) Processo nº IC.00865.00025/2015: Objeto: utilização de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para assistência de pessoas com deficiências - convênios com APAE, Escola Colibri e Escola Francisco Lisboa. Investigados: Município de Santa Maria, APAE, Associação Colibri, e Escola Antônio Francisco Lisboa. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria:** 107) Processo nº IC.00865.00043/2015: Objeto: possíveis irregularidades envolvendo servidor público municipal. Local: Santa Maria. Investigados: James Souza Pizarro e Município de Santa Maria. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 108) Processo nº IC.00882.00076/2013: Objeto: ausência de registro da reserva legal contrariando a legislação ambiental. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim:** 109) Processo nº IC.00900.00002/2013: Objeto: conforme recomendação n.º 01/2013-PGJ, investigar a execução de fiscalizações e controle de alvarás de funcionamento em estabelecimentos públicos e privados, de qualquer natureza, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, a fim de garantir a incolumidade pública. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Seberi:** 110) Processo nº PI.00905.00006/2016: Objeto: Apuração de possíveis falhas no sistema de abastecimento de água na zona urbana do Município de Seberi/RS. Investigada: Companhia Riograndense de Saneamento, unidade de Seberi/RS. Procedimento Preparatório PI.00905.00006/2016. Instauração determinada pelo Exmo. Sr. Marlos da Rosa Martins, MD. Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Seberi/RS. Local do Fato: Município de Seberi. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 111) Processo nº PI.00907.00043/2015: Objeto: apurar possíveis irregularidades nos concursos Públicos para os cargos de provimento efetivo do Município de São José do Herval/RS (Edital 22/2015) e da Câmara de Vereadores de São José do Herval (Edital 01/2015). Investigado: Ignorado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapejara:** 112) Processo nº IC.00908.00002/2012: Objeto: investigar se ocorreu dano ambiental no caso de construção de um prédio de propriedade da investigada, tendo em vista possível construção em APP. 113) Processo nº IC.00908.00019/2014: Objeto: investigar possível improbidade administrativa e/ou prejuízo ao erário público, ocasionado pela



anulação do certame licitatório pelo Município de Santa Cecília do Sul/RS. Local do Fato: Santa Cecília do Sul/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 114) Processo nº IC.00914.00005/2016: Objeto: apurar abertura de rua e depósito de resíduos sem licença ou autorização. 115) Processo nº IC.00914.00042/2016: Objeto: fábrica de esquadrias de madeira sem licença ambiental e Registro do Ibama. Local: BR 101 Km 20, s/n, Bairro Santo Anjo da Guarda, no Município de Três Cachoeiras/RS. Investigado: Marcelo Fernandes Zen. 116) Processo nº IC.00914.00079/2015: Objeto: fábrica de móveis sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, sem cadastro no DBIO/RS, e alvará dos Bombeiros, Local: Rua Amazonas, n.º 208, Bairro Stan, no Município de Torres/RS. Investigado: José Edgar Selau Ribeiro. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 117) Processo nº IC.00914.00048/2013: Objeto: investigar a ausência de políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Município de Torres. Investigado: Município de Torres. Local: Município de Torres. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça de Torres:** 118) Processo nº IC.00914.00145/2010: Objeto: atos de improbidade administrativa por infringência aos princípios da legalidade e moralidade administrativa. Investigado: Pedro Juarez da Silva - Prefeito de Mampituba. Local: Município de Mampituba. 119) Processo nº IC.00914.00146/2010: Objeto: atos de improbidade administrativa por infringência aos princípios da legalidade e moralidade administrativa. Investigado: Pedro Juarez da Silva - Prefeito de Mampituba. Local: Município de Mampituba. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 120) Processo nº IC.00915.00008/2011: Objeto: condições de trafegabilidade das estradas rurais do Município de Cidreira. 121) Processo nº IC.00915.00048/2014: Objeto: denúncia do Senhor Danilo Paulo Merljak de danificação, pelo Município de Cidreira e CORSAN, no calçamento da Rua Manoel Braz de Lima, Bairro Centro, em Cidreira/RS, para implantação da rede de esgoto. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos:** 122) Processo nº IC.00917.00025/2008: Objeto: apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência da destruição, mediante corte raso, de folhosas nativas de pequeno, médio e grande porte, para fins de lavoura, sem autorização do órgão ambiental competente. Localidade de Esquina Machado de Assis no Município de Tiradentes do Sul. Parte: Gerson Artidório Smaniotto. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana:** 123) Processo nº IC.00922.00117/2013: Objeto: apurar a violação de direitos do consumidor pela empresa Morphine PH Produções Ltda. consistente no descumprimento da legislação que concede o benefício da chamada "meia entrada" para estudantes, jovens e idosos, nos eventos realizados no Município de Uruguaiana. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz:** 124) Processo nº IC.00928.00014/2011: Objeto: apurar o funcionamento de lancheria, com instalações inadequadas para a atividade, situada na Avenida Quinze de Setembro, 1154, sala 01, em Vale do Sol - RS, de responsabilidade de Fabiane Christmann Steil. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis:** 125) Processo nº

IC.00929.00010/2014: Objeto: em tese, poluição do solo causada por derramamento de efluentes líquidos sem tratamento adequado. Investigado: Frigorífico RZ Prodotti La Delizia. Local: RS 359, Cotiporã, RS. 126) Processo nº IC.00929.00131/2008: Objeto: investigar eventuais danos ambientais em razão da perfuração/utilização irregular de poços artesianos. Parte: Abastecedora Farina Ltda. Local: Veranópolis. 127) Processo nº IC.00929.00148/2008: Objeto: investigar eventuais danos ambientais em razão da perfuração/utilização irregular de poço artesiano. Parte: Nildo Marcon. Local: Veranópolis. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 128) Processo nº IC.00931.00078/2013: Objeto: averiguar a conduta adotada pela farmácia situada em Viamão, a qual fornece a medicação "Adalimumabe", com numeração diversa em nota, da constante na embalagem do remédio, tendo por investigado o município de Viamão. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre:** 129) Processo nº IC.01217.00005/2014: Objeto: falta de atendimento médico na Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas:** 130) Processo nº IC.00739.00023/2014: Objeto: apurar lesão aos interesses dos consumidores em razão da comercialização de produtos impróprios para tanto (irregularmente fracionados, sem data de validade ou indicação de procedência, vencidos e sem o devido registro na ANVISA). **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá:** 131) Processo nº IC.00781.00009/2014: Objeto: depósito irregular de resíduos sólidos (pneus) sem licença ambiental na RS 344, Km 75/76, em Giruá - RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 132) Processo nº IC.00801.00006/2014: Objeto: apurar depósito irregular de agrotóxicos e a destinação inadequada das embalagens vazias. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro:** 133) Processo nº IC.01175.00027/2012: Objeto: supressão de vegetação nativa (canela, camboatá, manica de cadela, capoeiras e outras) e exótica (uva japonesa) fora de área de preservação permanente, atingindo duas áreas, uma de 3.000 metros quadrados e outra de 4.000 metros quadrados, sem autorização do órgão ambiental competente, no município de Salvador do Sul. Investigado: Fábio Leindecker. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 134) Processo nº IC.01136.00109/2013: Objeto: verificação da questão da multisseriação das turmas nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental Vitória, Ildo Meneghetti, Manoel de Oliveira Lima, Manoel da Nobrega e Marechal Arthur da Costa e Silva, na Cidade de Casca. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho:** 135) Processo nº IC.00906.00003/2011: Objeto: dano ambiental - corte de vegetação e árvores nativas sem licença dos órgãos ambientais. Investigado: Lauri Borges da Silva. Local: Arroio Bonito, Sobradinho, RS. Data: data incerta até o mês de novembro do ano de 2010. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 136) Processo nº IC.00907.00112/2014: Objeto: apurar irregularidades na captação de água subterrânea para a finalidade de uso industrial, sem a devida outorga/autorização



do órgão ambiental competente. Investigado: Conpasul Construções e Serviços Ltda. Local do fato: Rua Presidente Kennedy, nº 247, em Soledade/RS. 137) Processo nº IC.00907.00142/2014: Objeto: apurar possíveis atos de improbidade administrativa, no tocante ao uso de veículo oficial da Câmara de Vereadores para fins particulares, no Município de Soledade/RS. Investigado: Josil Moraes. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 138) Processo nº IC.00911.00039/2013: Objeto: extração irregular de arenito. Investigado: Rafael Vitorino da Silva. Local: Estrada Pega Fogo Baixo, s/nº, Localidade de Pega Fogo Baixo, Taquara/RS. 139) Processo nº IC.00911.00042/2010: Objeto: depósito irregular de resíduos sólidos. Investigados: Fênix Química e Resíduos, CNPJ 05.061.167/0001-86, localizada na Rua João Manoel, 633, Centro, POA. Local: RS 239, Km 17, Vila Caprol, Rolante/RS. 140) Processo nº IC.00911.00056/2012: Objeto: depósito irregular de resíduos sólidos. Investigado: Deolvídio Moreira. Taquara/RS. Local: Rua Luís de Carvalho, nº 1062, Bairro Empresa, Taquara/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 141) Processo nº IC.00914.00011/2014: Objeto: investigar a carência de veículos para uso do Conselho Tutelar de Três Forquilhas, fato que impossibilita o trabalho a ser realizado pelo órgão protetivo. Investigado: Município de Três Forquilhas. Local: Município de Três Forquilhas. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 142) Processo nº IC.00915.00130/2016: Objeto: investigar irregularidades no desdobramento da carga horária de professores da rede de ensino do Município de Cidreira. **RELATOR: CONSELHEIRO FÁBIO COSTA PEREIRA:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 143) Processo nº IC.00829.00026/2015: Objeto: investigar o pagamento de valores não previstos em lei, a título de incentivo adicional, aos agentes comunitários da saúde do Município de Porto Alegre. Investigado: Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre. Local: Porto Alegre. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 144) Processo nº IC.01128.00195/2014: Objeto: apurar possíveis irregularidades na convocação de novas eleições para o cargo de Coordenação do Conselho Distrital, sem ter decorrido o tempo de mandato da atual chapa, bem como notícia de abuso de poder do Conselho Municipal de Saúde. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul:** 145) Processo nº IC.00728.00003/2016: Objeto: apurar irregularidades e possível dano ambiental no funcionamento da Granja Nienow, localizada na Estrada da Pedreira, Distrito de Ferreira, em Cachoeira do Sul. Investigado: João Ronaldo Passos de Oliveira. 146) Processo nº IC.00728.00008/2015: Objeto: apurar possível prática de dano ambiental em razão de conduta de depositar resíduos sólidos em imóvel situado na Rua Ramiro Barcelos, Cachoeira do Sul. Investigado: Paulo Ivair Ribeiro. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canela:** 147) Processo nº IC.00737.00056/2013: Objeto: investigar a construção de um muro de arrimo com cerca de 2000 pneus com diversos tipos de bitolas (automóveis, motocicletas e bicicletas), na propriedade rural do autor, bem como o descarte de cerca de 600 pneus na margem da estrada em frente à propriedade,

localizada na Estrada Chapadão, n.º 2565, Linha Chapadão, em Canela. Investigado: José Francisco Benetti. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé:** 148) Processo nº IC.00788.00011/2016: Objeto: apurar dano ambiental decorrente de transporte de produto vegetal nativo sem documento de origem florestal. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 149) Processo nº IC.00814.00003/2016: Objeto: apurar possíveis danos consumeristas praticados pela Farmácia Santo Afonso (localizada na Rua México, nº 100, Bairro Santo Afonso, em Novo Hamburgo), consistente na cobrança de taxa pela venda de recargas para celulares pré-pagos. Local: Rua México, 100, Bairro Santo Afonso, Novo Hamburgo. Investigado: Farmácia Santo Afonso. 150) Processo nº IC.00814.00004/2016: Objeto: apurar possíveis danos consumeristas praticados pelo Hipermercado BIG de Novo Hamburgo, consistente na discrepância entre os valores das mercadorias anunciados nas prateleiras e os valores efetivamente cobrados dos consumidores. Local: Novo Hamburgo. Investigado: Hipermercado Big de Novo Hamburgo. 151) Processo nº PI.00814.00012/2016: Objeto: apurar os possíveis riscos de incêndio e ao meio ambiente gerado pela operação da empresa localizada na Rua Travessão, n.º 106, Bairro Rondônia, nesta cidade, bem como a possível emissão excessiva de ruídos por parte de tal estabelecimento. Local: Rua Travessão, n.º 106, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo. Investigado: A apurar. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca:** 152) Processo nº IC.00851.00012/2011: Objeto: investigar dano ambiental ocasionado pelos arrendatários, Srs. Claiton Ricardo Schlesner e Cláudio Alberto Schlesner, em decorrência de plantação de lavoura de soja que se estende até a beira do Rio Vacacaí-Grande, em área de preservação permanente (APP), bem como o estado desta em relação aos limites legais, na localidade de Rincão Nossa Senhora da Glória, em Restinga Seca, RS, em terras de propriedade de Hélio Bolzan. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria:** 153) Processo nº IC.00864.00006/2014: Objeto: investigar possível descumprimento da execução da obra da creche no Loteamento Cipriano da Rocha por parte da Empresa Espíndola Construtora LTDA. Investigados: Construtora Espíndola. Local dos Fatos: Município de Santa Maria-RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo:** 154) Processo nº IC.00890.00032/2015: apurar eventual abusividade da tarifa de água e de esgoto. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 155) Processo nº IC.00907.00002/2014: Objeto: apurar dano ambiental decorrente de estabelecimento potencialmente poluidor, integrante do setor de beneficiamento de pedras preciosas e semipreciosas no Município de Soledade/RS. Investigado: Odir Panosso ME. Local: Rua Coronel Tomazio, 100, Bairro Fontes, Município de Soledade/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 156) Processo nº IC.00911.00020/2010: Objeto: destruição de vegetação nativa, em área de preservação permanente, com utilização de máquinas. Investigado: João Carlos Reis de Oliveira, residente na Estrada Olhos D'Água,



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1963

Taquara/RS. Marcelo Lucietti Patricio, residente na Estrada Olhos D' Água, 115, Taquara/RS. Local: Estrada Geral de Olhos D'água,s/nº, Localidades de Olhos D'água, Taquara/RS. 157) Processo nº IC.00911.00022/2008: Objeto: possíveis danos ambientais causados por corte de vegetação nativa fora de APP, e construção de casa em área com declividade acentuada no interior da APA de Riozinho e poligonal da mata atlântica, no município de Riozinho/RS. Investigado: Leo Machado. Local: Rua Jose Laurindo de Jesus, 745, Riozinho/RS. 158) Processo nº IC.00911.00029/2015: Objeto: possíveis irregularidades nos procedimentos de fiscalização e licenciamento ambiental praticados pela Secretaria de Meio Ambiente de Rolante. Investigado: Município de Rolante, CNPJ Nº 90.936.956/0001-92, com sede administrativa na Av. Getúlio Vargas, 110, Centro, Rolante/RS. Local: Rolante/RS. 159) Processo nº IC.00911.00039/2010: Objeto: destruição de vegetação nativa, em APP, e corte raso de vegetação nativa em estágio avançado de regeneração, fora de APP. Investigado: Edson Jair Silveira, Lisandro Rodrigues, Margarete Silveira. Local: Rio da Ilham Taquara/RS. 160) Processo nº IC.00911.00055/2003: Objeto: Corte vegetação nativa em APP sem licença da autoridade competente na localidade de Santa Cruz da Concórdia, Taquara/RS. Investigado: Alexandre Möller. Local: Santa Cruz da Concórdia, Taquara/RS. 161) Processo nº IC.00911.00114/2008: Objeto: possíveis irregularidades na prestação de serviços de patrulha agrícola no Município de Taquara. Investigado: Município de Taquara. Local: Taquara/RS. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO Nº 88/2016

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Agosto de 2016, ou nos 15 dias subsequentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre indeferimento de instauração de inquérito civil, relativo aos fatos a que se referem os seguintes expedientes: **RELATORA: CONSELHEIRA SIMONE MARIANO DA ROCHA: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí:** 01) Processo nº RD.00796.00145/2015: Objeto: averiguar degradação ambiental em APP. Local: nas margens do Rio Uruguai, Km 5 e 6, na BR 386, Iraí/RS. Nome: não identificados. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 02) Processo nº RD.00829.00093/2016: apurar possíveis irregularidades na contratação de terceirizados, pela CORSAN, na região SURNE (Bento Gonçalves-RS) em detrimento de aprovados

no concurso CORSAN Edital 01/2014 para o cargo de Engenheiro Civil. Local: Porto Alegre, Representante: Sigiloso e Representado: CORSAN. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 03) Processo nº RD.01593.00039/2016: apurar possíveis irregularidades em Concurso Público Municipal de Imbé. **RELATOR: CONSELHEIRO FÁBIO COSTA PEREIRA: Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 04) Processo nº RD.00783.00284/2015: notícia oriunda do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí - SPMG. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera:** 05) Processo nº PA.00909.00016/2016: Apurar dano ambiental decorrente da perfuração de poços artesianos. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO Nº 89/2016

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de agosto de 2016, ou nos 15 dias subsequentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO RICARDO DA SILVA VALDEZ: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 01) Processo nº PR.00975.00054/2016-2: SIM - SPU Virtual - IC.01623.000.123/2015 - Apurar desvio de função de servidores de diversas áreas do DETRAN/RS para fiscalização de trânsito, embora a Lei Estadual nº 14.506/2014 preveja a atividade como exclusiva do cargo de Técnico Superior. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 02) Processo nº PR.00975.00141/2016-7: SIM - IC.01623.000.030/2016 - Apurar eventual violação do art. 134 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Complementar nº 80/1994 na declaração de suspeição de todos os Defensores Públicos do Estado para atuar no Procedimento de Apuração de Ato Infracional nº 039/5.15.0001327-4, que tramitou no Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Viamão. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 03) Processo nº PR.00975.00168/2016-0: SIM - 01631.000.041/2016 - Deficiência na prestação de serviços - iluminação pública apagada no entorno da Rua Lineu Barbosa dos Santos, nº 427, Bairro Lami, há mais de 60 dias. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de**



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1963

Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:04) Processo nº PR.00975.00171/2016-4: SIM - 01631.000.022/2016 - Oferta enganosa. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 05) Processo nº PR.00975.00172/2016-2: SIM - 01631.000.170/2016 - Má condição de higiene no estabelecimento. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Habitação e da Ordem Urbanística.** 06) Processo nº PR.00975.00173/2016-0: SIM - 01629.000.006/2015 - Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de suposta irregularidade pela ausência de alvará de localização e funcionamento e/ou atividade diversa do Alvará de Localização e Funcionamento concedido pela SMIC, no estabelecimento Brtop Massagens, localizado na Rua Engenheiro Correa Daudt, 295, Bairro Boa Vista, nesta Capital. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 07) Processo nº PR.00975.00176/2016-3: SIM - 01633.000.126/2015 - Denúncia de poluição sonora no late Clube Guaíba. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO Nº 90/2016

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 16 de Agosto de 2016, ou nos 15 dias subsequentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre indeferimento de instauração de inquérito civil, relativo aos fatos a que se referem os seguintes expedientes: **RELATORA: CONSELHEIRA RICARDO DA SILVA VALDEZ:** **Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça do Consumidor de Porto Alegre:** 01) Processo nº PR.00975.00169/2016-8: SIM - 01631.000.023/2016 - Indeferimento - Cidadão denuncia roubo de luz. **Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça do Consumidor de Porto Alegre:** 02) Processo nº PR.00975.00170/2016-6: SIM - 01631.000.063/2016 - Indeferimento - Não fornecimento do serviço de internet no bairro Serraria desta capital. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de agosto de 2016.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.